

A “alma” dos cemitérios: evidências patrimoniais para quem?

Mauro Dillmann¹

DOI: 10.4025/rbhranpuh.v8i24.29683

Resumo: Este texto busca refletir e questionar os discursos que geralmente legitimam e tornam “evidentes” os significados patrimoniais dos cemitérios a partir da defesa da identidade de um grupo ou de uma sociedade. Tal consideração parte do aparente contraste entre a aversão social à morte e aos ambientes fúnebres e os possíveis discursos de patrimonialização, capazes de avaliar e atribuir importância à natureza da relevância da preservação destes espaços na coletividade social. Nesse sentido, propõe-se que o valor e o significado do bem patrimonial cemiterial, sua “alma”, possa estar entre o próximo e o afastado, o dito e o silenciado, o aceito e o negado.

Palavras-Chave: cemitérios, patrimônio, identidade, patrimonialização.

The "soul" of cemeteries: evidence heritages for whom?

Abstract: This text aims to reflect and question the discourses that often legitimize and make "evident" meaning the balance of the cemeteries from the defense the identity of a group or society. Such consideration of the apparent contrast between the social aversion to death and the funeral environments and the possible speeches patrimonialization able to evaluate and attach importance to the nature of the importance of preserving these areas in the social community. In this sense, it is proposed that the value and meaning of cemeterial heritage property, its "soul", can be among the near and the far, said and silenced, the accepted and declined.

Key-Words: cemeteries, heritage, identity, patrimonialization.

El "alma" de los cementerios: ¿evidencias patrimoniales para quién?

Resumen: El presente texto pretende reflexionar y cuestionar los discursos que a menudo legitiman y hacen "evidente" el significado de los cementerios patrimoniales desde la defensa de la identidad de un grupo o sociedad. Tal consideración de la aparente

1Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/RS). Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS. Email: maurodillmann@hotmail.com

contraste entre la aversión social a la muerte y los ambientes funerarios y los posibles discursos de patrimonialización capaz de evaluar y dar importancia a la naturaleza de preservar estas áreas en la comunidad social. En este sentido, se propone que el valor y el significado de propiedad de patrimonio cementerial, su "alma", pueden estar entre lo cercano y lo lejano, dijo y silenciado, lo aceptado y denegado.

Palabras-Clave: cemeterios, patrimonio, identidad, patrimonialización.

Recebido em 01/11/2015 - Aprovado em 20/12/2015

Iniciamos nossa reflexão citando o trabalho organizado pelos antropólogos/as José Reginaldo Santos Gonçalves, Roberta Guimarães e Nina Bitar, publicado em 2013, e intitulado *A alma das coisas*. Neste livro os autores/as apontam metaforicamente para a intangibilidade da materialidade, ou o imaterial do que é tangível, indicando – tal como a “alma” que necessariamente dá vida ao corpo, material bruto – a já consolidada e bastante discutida indissociabilidade entre o material e o imaterial.

No texto de apresentação da obra, os autores destacam que as coisas existem “como parte de uma vasta e complexa rede de relações sociais e cósmica, nas quais desempenham funções mediadoras” entre natureza e cultura, mortos e vivos, passado e presente, corpo e alma, etc. (2013, p. 08). Em outras palavras, a dimensão estrutural nos usos do patrimônio está no poder de mediação que ele exerce entre diversos domínios sociais e cosmológicos (GONÇALVES, GUIMARÃES, BITAR, 2013, p. 11).

Em relação aos cemitérios – e aqui nos referimos aos cemitérios ocidentais contemporâneos dos séculos XIX e XX de concepção ou influência judaico-cristã – pode-se dizer que neles há práticas de um ritualismo que, segundo Fernando Catroga (2010, p. 169), “tem nas práticas de conservação, de simulação e de dissimulação as suas atitudes simbólicas mais significativas”, que ajudam a compreender a edificação cementerial e os elos entre a morte e a memória. Na simbólica do cemitério, é nítida a evocação e a identificação do ausente, e o dever de memória passa pela invocação; nesse caso, a invocação do morto pelo nome próprio, fazendo-o sair do esquecimento e renovando sua identidade (CATROGA, 2010, p. 169). A morada do morto, fundamentalmente a partir do século XIX com o desejo burguês de sobrevivência individualizada na memória coletiva, passou a ser “centro privilegiado de identificação e de filiação de gerações” (CATROGA, 2010, p.169). Os cemitérios e seus signos, segundo o francês Jean-Didier Urbain (1978, p. 319), reproduzem a ideia dos vivos em relação ao mundo dos mortos, ou seja, um mundo fechado, de tempo encerrado, lugar do eterno, da eterna presença, da conservação. A memória reavivada pelos ritos (visita ao cemitério, culto dos túmulos, deposição de flores, recolhimento, etc) de recordação do morto, “tem uma função pragmática de (...), em nome de um patrimônio espiritual e material comum, integrar os indivíduos em cadeias de filiação identitária” (CATROGA, 2010, p.169).

Se os cemitérios, hoje, são espaços de evocação da memória, se os túmulos são a garantia da identidade individual e familiar, se são espaços de determinadas expressões religiosas (seja para católicos que cultuam alguma personalidade popular ou para afro-

religiosos que acendem suas velas para as almas), então estamos diante de um espaço cultural patrimonial, cuja preservação se apresenta como elementos de defesa dessa memória, dessa identidade ou de uma cultura religiosa. Não obstante, este discurso da defesa da “identidade” acionados para a legitimação da patrimonialização de cemitérios deve levar em conta se a preservação dos espaços cemiteriais, ou seja, sua não destruição ou alteração são, problemáticas consideradas relevantes para os grupos sociais que (e se) convivem, usufruem e utilizam este espaço.

Em um texto publicado na *Revista Estudos Históricos*, José Reginaldo Gonçalves (2015, p. 213), destacou que “o debate sobre os patrimônios não deve (...) limitar-se às tarefas de descobrir, defender e preservar ‘identidades’ supostamente dadas”. Enquanto descobrir e defender a “identidade” de indivíduos e grupos detentores ou produtores de determinadas práticas culturais são preocupações dos discursos e das políticas de patrimônio, esta defesa e busca de “identidade” pode não ser para os próprios grupos protagonistas, um problema a ser considerado. “Trata-se, antes, da forma como esses povos e grupos se situam em suas relações com a ordem cosmológica, natural e social, preocupados em interagir com as diversas entidades do universo: os deuses, os mortos, os antepassados, os parentes, os vizinhos, os animais, as plantas, as plantas, etc”. (GONÇALVES, 2015, p. 214).

Vale destacar que é importante perceber a dimensão cultural específica de cada contexto quando se aborda a temática cemiterial (e patrimonial) e, conseqüentemente, o pensamento em relação à morte e ao morrer. Concordamos com o historiador russo Aaron Guriévitch (2004, p. 252), quando ele afirma que: “a percepção e o vivenciamento da morte são um ingrediente inseparável do sistema sociocultural, e as diretrizes em relação a esse fenômeno biológico estão condicionadas ao delicado complexo de relações sociais, econômicas e demográficas refratadas pela psicologia social, pela religião e pela cultura”.

O cemitério é ou pode ser uma construção, material e simbólica, que concretiza ou não a identificação cultural de um grupo, evocando-se um passado que, “num dado presente, se considera definidora da sua unidade e continuidade” (CATROGA, 2010, p. 174).

Então, diante desse quadro, perguntamos: A preservação dos cemitérios, hoje, pode ser pautada pelo discurso do patrimônio que se sustenta pela categoria da “identidade”? Em que medida existe reconhecimento por parte de determinados grupos sociais do cemitério como espaço de expressão do seu passado, sua memória, sua história, sua identidade? Em que medida há interesse social e desejo de reconhecimento público desse “patrimônio”?

Se nos perguntarmos qual a “alma” dos cemitérios, estaremos nos questionando sobre qual ou quais os significados patrimoniais dos mesmos, qual ou quais possibilidades de estabelecermos comunicação com essa materialidade cemiterial? Não pretendemos aqui realizar uma defesa de aspectos patrimoniais dos cemitérios, tampouco negá-los, evidenciando ou analisando diferentes usos dos mesmos (estudos de arte, devoção popular, culto aos mortos, entre outros aspectos). Buscamos apenas levantar

questionamentos e problematizações, entre as quais, aquelas que consideram o aparente contraste entre a aversão social à morte e aos ambientes fúnebres e os possíveis discursos de patrimonialização, oficiais ou não, capazes de considerar e atribuir importância à natureza da relevância da preservação destes espaços na coletividade social.

No fundo, o que queremos destacar é: as evidências patrimoniais dos cemitérios são evidentes para quem? É possível, num primeiro momento, pensar que se trata apenas de uma questão de educação para o patrimônio, de Educação Patrimonial, e que seria um grande equívoco este questionamento, bastando o fato de que uma parcela social o reconheça (intelectuais, artistas, professores, pesquisadores) e divulgue socialmente os resultados de suas pesquisas – ou, melhor ainda, através de programas educativos – para que tal evidência ganhe relevo. Todavia, como sabemos, uma vez que um bem patrimonial só adquire sentido e significado patrimonial quando apropriado, reconhecido, experienciado por determinado(s) grupo(s) social(is), cabe se questionar, hipoteticamente, se os cemitérios estão sendo ou podem ser reconhecidos patrimonialmente, por quem e para quem.

Embora já tenhamos destacado de qual concepção cemiterial estamos nos referindo, caberia apontar de qual ou quais tipos de cemitérios estamos falando: cemitérios confessionais ou laicos, públicos ou privados, militares ou leigos.

Evidentemente, também, caberia pensar no sentido acionado quando se refere à “identidade”: como uma categoria mobilizada e “imposta” pelo Ocidente para legitimar a preservação daquilo que se considera patrimônio de determinado grupo (GONÇALVES, 2015, p. 214), ou “identidade” enquanto “representação que cada indivíduo faz da sua própria memória” e se filia ao seu próprio passado (CATROGA, 2010, p. 167). No primeiro caso, um cemitério, em sua totalidade, poderia ser expressão cultural representativa de uma identidade coletiva, ainda que imposta e não necessariamente acionada pelos grupos; no segundo caso, um cemitério seria um espaço de renovação identitária individual pela invocação dos nomes próprios que os túmulos proporcionam (CATROGA, 2010, p. 169).

O recorte local pode permitir possíveis focos de análise que, em perspectiva comunitária, podem revelar práticas culturais específicas, associadas à história e à identidade de um grupo, e estas seriam algumas categorias relevantes para a construção do discurso patrimonial. Adotamos aqui, no entanto, como ponto de partida, a referência filosófica que analisa o pensamento sobre a morte do sujeito contemporâneo e sua relação intrínseca com o cemitério, o espaço da morte, de uma perspectiva bastante alargada, mas fundamentalmente que busca desconstruir a ideia de que a patrimonialização deva ocorrer mediante a necessidade de preservação vinculada à noção de identidade de determinado grupo.² Ou seja, uma identidade e uma preservação

² O historiador brasileiro Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 168-169) realizou uma interessante crítica (especialmente destinada aos historiadores) que se empenham em buscar as origens, as causas dos fatos, a “identidade primeira”, como se houvesse um estado mais autêntico, marcado por uma suposta pureza e perfeição da vida humana. Para ele, estes seriam “esquemas prévios de interpretação” e previsíveis, quando, na realidade, dever-se-ia buscar a surpresa, o acaso, o improvável da vida humana. Daí, a crítica às considerações

impostas por uma concepção de tempo, que, segundo Hartog (2013), deseja valorizar o passado no eterno presente, que associa a ideia da permanência do bem com a manutenção da memória, e a destruição do bem com o esquecimento.

Poderíamos dizer que a caracterizada ojeriza e repugno ao mórbido – quando, segundo análise antropológica de Carlos Rodrigues (2006, p. 163-165), as sociedades contemporâneas não pensam na morte,³ fogem dela, não visitam cemitérios, os evitam⁴ – é também um dos efeitos das relações experienciadas pelo homem com o tempo. Nesse sentido, a morte deve pertencer ao passado ou ao futuro, e não, à experiência presente, fato que não significa, necessariamente, um esquecimento desse passado ou dessa expectativa futura, mas sim uma necessidade de experimentar a vida, o momento presente, negando-se a morte. Assim, o tempo presente, a vida presente é, hoje, excessiva e fundamentalmente valorizada, conforme apontou o historiador francês François Hartog (2013).

O historiador Fernando Catroga (2001), refletindo sobre sentimento geral de “não-sentido” em relação ao tempo histórico predominante nas sociedades ocidentais contemporâneas, supõe que as ditas sociedades amnésicas do presente seriam consequências do modo como o homem contemporâneo experiencia o tempo, vivendo-o como um somatório de momentos sem nexos. O alerta de Hartog (2013) concentra-se na valorização do tempo presente sem horizonte a não ser ele próprio, o que conduziria os sujeitos a elaborarem cotidianamente o passado e o futuro de que necessitam. Hartog (2012, p. 32) chamou de presentismo a configuração contemporânea das nossas relações com o tempo, notadamente com o presente, transformado em um “presente perpétuo”. Como se esse presente “do capitalismo financeiro, da revolução da informação, da globalização (...) absorvesse nele as categorias (...) do passado e do futuro”. Nesse

estranques de que os processos de patrimonialização devam ocorrer mediante um discurso de “identidade” construído não pelo próprio grupo social, mas por um “outro”, um pesquisador (um historiador, talvez) que atribuiu essa “identidade” aos grupos produtores de bens culturais. Essa atribuição pode vir a ser arbitrária, autoritária, imposta e geralmente parte de uma concepção de História que, na acepção de Albuquerque Júnior (2007, p. 179), traz consigo “versões consagradas da realidade”, ideias de “continuidade e tradição”, além de certezas e verdades inabaláveis.

³ O morrer transcende qualquer confissão religiosa e, numa perspectiva filosófica, a ideia da morte, a mortalidade acompanha o ser humano de modo que há consciência do dever e do ter de morrer, pois como alertou o filósofo Heidegger (2005), o ser humano é um ser-para-a-morte (DORO, 2011). A morte, assim, é uma presença ausente e, enquanto acontecimento, apenas uma questão de imaginação, conforme destacou o filósofo Paul Ricoeur (2011). Em tese, toda a morte extermina, finda, acaba, mas o “mal” não está no horror da morte, e sim, na sua aparência. O sociólogo Norbert Elias (2001) escreveu que o terror e o temor são despertados somente pela imagem da morte na consciência dos vivos. Por fim, cumpre destacar que para Michel de Certeau (1994, p. 293-302), a morte é silenciada, impensável, inominável; a morte “não se nomeia”, “escreve-se no discurso da vida”.

⁴ Se no século XIX os cemitérios foram afastados dos centros urbanos, ocupando as margens, as áreas periféricas das cidades, no tempo presente, com toda a expansão urbanística do século XX, os cemitérios foram novamente incorporados ao dia a dia dos grupos citadinos. Hoje, então, os cemitérios são vistos, ocupam muitas vezes lugares centrais no meio urbano, sendo a morte, portanto, constantemente (re)lembrada pelos vivos, ainda que sem querer.

sentido, as palavras de ordem se destacam como “memória, patrimônio, comemoração”, que “correspondem a outras tantas maneiras de convocar o passado no presente, privilegiando uma relação imediata, apelando à empatia e à identificação” (2013, p. 14).

Nesse sentido, o sociólogo Zygmunt Bauman (2003) ao buscar compreensões sociológicas para a atual “fase” da história da modernidade, a definiu como líquida, fluida, leve, instantânea, tempos em que tudo muda rapidamente, em que há incertezas, instabilidades e uma constante fluidez das identidades. O advento da cultura do instantâneo conduz os sujeitos a uma ânsia de viver o momento, num presente que quer esquecer o passado e que parece não acreditar no futuro. O historiador Eric Hobsbawm (1995, p. 13) já na década de 1990 havia destacado que se vivia num presente contínuo, cujas experiências de práticas sociais não tinham qualquer relação com o passado.

Mas trata-se, segundo Hartog (2013), de um presente inquieto, em busca de raízes, obcecado por memória, pela criação de memoriais, pela presença do passado, pela evocação, pela emoção. E desta perspectiva, de acordo com o historiador, que se deve compreender o crescimento da preocupação ocidental contemporânea em salvaguardar, preservar e patrimonializar. A ideia de patrimonializar diante da possibilidade da “perda” é uma singularidade do ocidente que, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2015, p. 216-220) está vinculada à concepção de “tempo histórico”, tal como evidenciou Hartog ao se referir ao regime “presentista”, uma modalidade, entre outras, de “representação do patrimônio”. Gonçalves (2015, p. 216) sugere que pensemos os patrimônios “como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro”.

Com a ampliação não apenas da noção de patrimônio, mas das suas próprias reflexões teóricas e políticas, além das inúmeras produções acadêmicas de distintas áreas do conhecimento, pesquisadores e comunidades são chamados a refletir sobre o que pode ou não, deve ou não, ser valorizado, preservado, patrimonializado (GUILLEN, 2014, p. 647,648).

Retomando o cemitério como bem cultural patrimonial, podemos aventar que a própria repulsa pelo espaço dos mortos e por todos os sentimentos a ele vinculados (horror, medo, aversão), são, pela negativa, também uma forma de relação com o bem cultural. Seria a indiferença um meio destruidor do patrimônio cemiterial, uma forma social de destruição, que deve ser combatida? Para esses pretensos inimigos do patrimônio, José Gonçalves (2015, p. 221) apresenta um interessante questionamento:

podemos perguntar em que medida esse inimigo não convive internamente com as próprias práticas da preservação, não somente enquanto ameaça, mas simultaneamente como fonte de criação. Sendo assim, no ato mesmo da preservação seria necessário observar o que é necessariamente destruído ou esquecido.

No entanto, não basta destacar que os cemitérios são referências sociais, históricas, religiosas, culturais para grupos locais/regionais, não basta destacar que os cemitérios são patrimônios que precisam ser valorizados e preservados. É preciso, antes, pensar se os cemitérios são elementos culturais efetivamente apropriados como recursos de compreensão histórica-cultural por parte de determinada sociedade, se são definidores da identidade de um grupo (e o que isso significa), ou, além disso, se deveriam ser ou se assim o grupo a concebe; e pensar se, utilizados ou não em atividades de Educação Patrimonial, por exemplo, eles efetivamente são/serão apropriados. Não queremos dizer, nem concluir, de modo pessimista e antecipado, que os mesmos não serão apropriados como patrimônio, mas estou questionando no sentido de refletir e provocar reflexão, sobre a existência de interesse social e comunitário na valorização cultural dos espaços da morte capazes de receber valorização ampla e coletiva, para além dos espaços individuais de sepultamento. Ou a apropriação social do cemitério e o seu valor enquanto como bem patrimonial estaria no próprio silenciamento, afastamento e negação? Parece-nos que sim.

Se o reconhecimento patrimonial deve partir da coletividade da sociedade civil, muito mais do que um reconhecimento acadêmico, científico e político, cumpre pensar e problematizar os usos sociais dos cemitérios, os significados e importâncias atribuídas (se eles existem), enfim, os sentidos conferidos aos cemitérios.⁵ Qualquer conclusão seria imprecisa e incompleta, dada a dinâmica cultural e histórica que permite a constante mudança nos usos e sentidos atribuídos a determinados bens culturais ao longo do tempo. Afinal, de que forma os cemitérios podem ser experimentados no cotidiano? Como uma espécie de herança transmitida pelo passado? Como uma reconstrução presente dos seus significados e usos? Como algo a ser negado? Cemitérios são celebrados e/ou contestados como elementos da memória e da cultura que devem ser preservados?

Por outro lado, perguntamos: o afastamento contemporâneo que os vivos mantêm dos cemitérios, a indiferença mantida com relação à morte, a aversão ao lúgubre, são considerações importantes e suficientes para se justificar a não patrimonialização ou não reconhecimento da função patrimonial dos cemitérios? O horror e o aborrecimento da morte seriam ou serão limitadores do reconhecimento patrimonial dos cemitérios? Ou, o reconhecimento patrimonial deveria partir da reflexão sobre os sentidos da própria aversão, da própria negação?

Muito mais do que a materialidade cemiterial, o que importa são os sentidos atribuídos a esta configuração concreta com a qual convivemos. Dependendo dos grupos, das comunidades, das localidades, das expressões religiosas – as variáveis são muitas – a representatividade dos cemitérios para a vida dos sujeitos se altera, se modifica, ganha novos contornos. O reconhecimento patrimonial de um espaço como um cemitério não

⁵ Num interessante texto sobre Educação Patrimonial e Museus, Carmem Gil e Zita Possamai (2014, p. 23) destacam a importância dos “processos de atribuição de sentido relacionados aos usos” dos bens patrimoniais, muito mais do que apenas e propriamente a sua materialidade preservada. Para as autoras, pensar “a relação que se estabelece entre o sujeito, o patrimônio e o espaço onde está situado esse bem”, necessariamente, “implica discutir as relações existentes entre os protagonistas das ações e os bens: afeto, desafeto ou indiferença?”

deve estar condicionado apenas aos processos oficiais de preservação, mas sim, a todas as manifestações e ações de legitimação de importância e representação social e cultural de qualquer indivíduo ou grupo. Em termos de pesquisa acadêmica, quando são realizadas análises sobre diferentes formas de recepção e usos de objetos e espaços, “assim como seus efeitos sobre aqueles que os classificam na vida cotidiana”, estamos a tratar de “vida social” dos patrimônios (GONÇALVES, 2013, p. 10).

O reconhecimento de um bem cultural enquanto bem patrimonial traz consigo a ideia da preservação e, neste sentido, os motivos para a efetiva garantia de valorização e preservação podem ser variados: o reconhecimento de que o espaço cemiterial é criação e produto cultural de um grupo, espaço este que, evidentemente, foi ou ainda é utilizado com uma gama de significados; a consideração de que expressam a sensibilidade perante a morte por parte de uma coletividade que o reconhece e o aprecia; a clareza de que os cemitérios representam como determinada sociedade ou grupo pensa a morte e dispensa o cuidado aos seus mortos de modo a revelar a necessidade cultural de consolação dos vivos; o entendimento de que trazem consigo uma dimensão estética caracterizada por obras de arte e simbologias religiosas ou não; a consideração de que guardam a dimensão afetiva preservando a memória do indivíduo ou da família; a possível apropriação deste espaço como referência para expressões diversas de manifestações da devoção. Por fim, o que consideramos muito legítimo, a preservação a contrapelo, não pelo desejo de aderir, mas pela vontade de negar, de evitar, de se afastar.

Para finalizar, destacamos que considerar a “alma” dos cemitérios significa compreendê-los em sua materialidade capaz de mediar as relações que os vivos estabelecem com os mortos, de mediar as relações dos sujeitos com as religiosidades expressas naquele espaço, mediar o social com o cosmológico. Para quem essa “alma” dos cemitérios é evidente? A evidência patrimonial geralmente é acionada através do discurso da identidade, da história, da memória, da valorização, do reconhecimento, da apropriação, do uso. Quem reconhece ou deve reconhecer os cemitérios como bens patrimoniais? E para quem eles são ou devem ser evidentes? Enfim, na busca dessas respostas para um suposto efetivo reconhecimento patrimonial, deve-se considerar que o negado, o ausente, o silenciado, o esquecido, o afastado, também podem ser construtores e legitimadores do sentido da patrimonialização.

Referências:

- AARON, Guriévitch. *Síntese histórica e a Escola dos Anais*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência, *ArtCultura*, Uberlândia, v.12, n.20, p.163-182, jan.-jun. 2010.
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra (org). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 43-69.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: v. 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes 1994.
- DORO, Marcelo J. O sentido existencial da morte: uma interpretação a partir do paradigma heideggeriano. In: OLIVEIRA, Cíntia Roso et. al. (orgs). *Filosofias da Morte*. Passo Fundo: Méritos, 2011, p. 123-148.
- ELIAS, Norbert. *Solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GIL, Carmem; POSSAMAI, Zita. Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações, *Museion*, Canoas, n. 19, dez. 2014, p. 13-26.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.
- GONÇALVES, Reginaldo; GUIMARÃES, Roberta; BITAR, Nina. *A alma das coisas: patrimônios, materialidades e ressonâncias*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador, *Diálogos*, Maringá, v. 18, n.2, p. 637-660, mai-ago. 2014.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. Situações postas à História, *Revista de História*, São Paulo, n. 166, p. 17-33, jan.jun. 2012.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. 15ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARQUES, Danilo; CAZELATO, Débora; RODRIGUES, Deise. Entrevista com Prof. Dr. François Hartog, *Temporalidades, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*, v. 5, n.2, mai/ago. 2013.
- RICOEUR, Paul. *Vivo até à Morte seguido de fragmentos*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu da morte*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- URBAIN, Jean-Didier. *La Société de Conservations. Étude sémiologique des cimetières de l'Occident*. Paris: Payot, 1978.